

Centro Universitário Processus

CENTRO UNIVERSITÁRIO PROCESSUS Prática Extensionista

PROJETO (2023.2)

1. Identificação do Objeto

Atividade Extensionista:

- PROGRAMA
 PROJETO
 CURSO
 OFICINA
 EVENTO
 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
 AÇÃO DE EXTENSÃO SOCIAL

Área Temática: Temas de Direito Empresarial.

Linha de Extensão: Direito Empresarial: contratos mercantis.

Local de implementação (Instituição parceira/conveniada):

FIB - Feira dos Importados de Brasília - SIA Trecho 7 - Guará, Brasília - DF, 71200-100

Título Geral: Legislação, Critérios e Enquadramentos de Empresas Quanto a Regimes Fiscais.

2. Identificação dos Autor(es) e Articulador(es)

Curso: Direito

Coordenador de Curso: Adalberto Nogueira Aleixo

Articulador(es)/Orientador(es): Prof. Amaury Walquer Ramos de Moraes

Aluno(a)/Equipe:

Nome Completo	Curso / Matrícula	Telefone
HELIO DE SOUZA SILVEIRA	2320010000064	61-99277-6136
JAMES CARLOS DA SILVA MARÇAL	2320010000056	61-99210-9977
JULIO ÂNGELO DA SILVA	2320010000134	61-99602-1177
KÁLLYTA CRISTINA DA SILVA GOMES	2320010000083	61-98271-3418
KLEBER ARAGÃO MATHEUS	2320010000036	61-98246-8733
RICARDO ALVES VORGES	2210010000083	61-99559-1680
THIRLEY RODRIGUES DE ARAÚJO	2320010000129	61-99841-2408

Centro Universitário Processus

VALDECIR MARQUES DE MEDEIROS	2320010000105	61-99110-1891
VANESSA DIAS DE OLIVEIRA	2320010000096	61-98290-8767
WALCENIO ARAÚJO DA SILVA	2320010000085	61-99533-5770

3. Desenvolvimento

Apresentação:

Pesquisa da legislação referente a enquadramento fiscal de empresas para registro comercial; confecção de material para montagem de manual destinado a feirantes da Feira dos Importados (Brasília/DF) e distribuição do referido manual simplificado para empresários dessa localidade, ainda que não estejam regularizados ou cadastrados corretamente, para que assim possam fazê-lo.

Fundamentação Teórica:

Trata-se de pesquisa que procura enquadrar as empresas como Micro Empreendedores Individuais, Micro Empresas, Empresas de Pequeno, Médio e Grande Porte. Esse enquadramento fiscal está distribuído em um universo de leis empresas de acordo com finalidade, receita e quantidade de funcionários, e está previsto em diversificada legislação, a saber: Constituição Federal de 1988, Lei Complementar 123/2006, Lei 9.317/1996 e Lei 9.841/1999, além de um variado universo de leis esparsas regulamentadoras.

O enquadramento fiscal das empresas no Brasil é fundamentado principalmente na legislação tributária brasileira, que estipula as regras e os critérios para a classificação e tributação das empresas. Além disso, as empresas devem observar as normas estabelecidas pelo Ministério da Economia e pela Receita Federal do Brasil.

A legislação tributária brasileira se baseia em várias fontes, como a Constituição Federal, leis complementares e ordinárias, decretos e instruções normativas. Essas normas estabelecem as alíquotas, base de cálculo, obrigações acessórias, entre outros aspectos relevantes para o enquadramento fiscal das empresas.

Dentro desse contexto, as empresas são classificadas de acordo com o regime tributário escolhido, que pode ser o Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real. Cada um desses regimes possui regras específicas para o cálculo e recolhimento dos tributos, como Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS, COFINS, ICMS, entre outros.

Além da legislação tributária, o enquadramento fiscal das empresas no Brasil também considera normas contábeis, como os Princípios Contábeis Brasileiros (PCBs) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que influenciam a apuração e demonstração dos resultados tributáveis.

Em resumo, a fundamentação teórica do enquadramento fiscal das empresas no Brasil considera a legislação tributária, normas contábeis e a atuação de órgãos reguladores, como forma de estabelecer as diretrizes para a tributação e cumprimento das obrigações fiscais das empresas no país.

Centro Universitário Processus

Tema Geral:

Direito Empresarial e o Enquadramento Fiscal da Empresa.

Tema Específico do Grupo:

Legislação sobre parâmetros (limites e características) para enquadramento como micro empreendedor individual, micro, pequena, média e grande empresa.

Problema verificado:

Dificuldade de empresários efetuarem o correto registro de sua empresa por desconhecimento das regras e parâmetros para enquadramento numa outra modalidade de empresa.

Objetivo geral:

Mapear a legislação referente às características de cada empresa quanto ao enquadramento fiscal e contábil para estruturar as informações obtidas de forma simplificada e produtiva.

Objetivos específicos:

- Identificar a legislação sobre enquadramento fiscal de empresas;
- Elencar as características de cada enquadramento;
- Construir informações em forma de dicas para montagem de manual;
- Criar banners e folders digitais para explicar ao público alvo o tema abordado ;
- Divulgar as informações em redes sociais, especialmente Instagram e
- Distribuir manual em ambiente público a empresário carentes das informações e definido pela instituição.

Justificativa:

Há carência de informações quanto ao registro, funcionamento e enquadramento fiscal de empresas tanto para novos empresários quanto para os já em atividade e que anseiam pelo exercício regular da atividade empresarial.

Metas:

- Divulgar o material em ambiente em que a atividade empresarial ainda seja informal, visando a conscientização do público alvo sobre a utilidade e importância do registro de empresas e
- Compartilhar de forma convencional – manual disponível a partir de tecnologia de QR-Code - e virtual – através de postagens em redes sociais (Instagram) do mesmo conteúdo do manual, mas resumido em banners, folders ou slides.

Hipótese / Resultado esperado:

Uma mudança de comportamento dos empresários ainda em prática informal de forma a buscarem o registro e a regularização da atividade empresarial.

Metodologia:

Centro Universitário Processus

- Pesquisa bibliográfica para mapeamento da legislação sobre o assunto;
- Entrevista a profissional experiente na atividade de contabilidade para contrastar a teoria com a prática;
- Elaboração de manual para divulgação convencional e
- Visita a um ambiente selecionado pela instituição e carente de informações a respeito do tema – Feira do Importados.

Quais as ferramentas que você vai utilizar para aplicar seus objetivos específicos.

- Pesquisa bibliográfica convencional e virtual;
- Utilização de editores de textos e aplicativos para elaboração do manual e banners;
- Aplicativo de rede social – Instagram, para compartilhamento virtual dos banners, folders e slides.
-

Data de início: 07 de agosto de 2023

Data de término: 08 de dezembro de 2023

Referência Bibliográfica:

Análise da Aplicabilidade da Lei Complementar 123/2006 nas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte da Região do Caparaó-ES. Site SEGeT. Disponível em <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/34414375.pdf>
Acessado em 23/08/2023

Lei Complementar 123/2006: Saiba tudo sobre o Simples Nacional. Site Estratégia Concursos. Disponível em <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/lei-complementar-123-saiba-tudo-sobre-o-simples-nacional/#:~:text=Cabe%20destacarmos%20ainda%20o%20caso,at%C3%A9%20R%24%2081.000%2C00.>
Acessado em 23/08/2023

Lei Complementar 123/2006. Site Presidência da República. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm
Acessado em 12/09/2023

Vantagens das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no Brasil. Site Normaslegais.com. Disponível em <https://www.normaslegais.com.br/cont/contabil220806.htm#:~:text=VANTAGENS%20DAS%20MICROEMPRESAS%20E%20EMPRESAS%20DE%20PEQUENO%20PORTE%20NO%20BRASIL&text=A%20Lei%20Complementar%20123%2F2006,Distrito%20Federal%20e%20dos%20Munic%C3%ADpios.>
<Acessado em 23/08/2023>

Centro Universitário Processus

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de. Processo Civil Comentado. 12ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2018.

Mamede, Gladston. Manual de direito empresarial / Gladston Mamede. - 14. ed. - São Paulo: Atlas, 2020.

BRASIL. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Código Civil.